



BIBLIOTECAS
DE LISBOA

GAZETA DAS COLÓNIAS : SEMANÁRIO / QUINZENÁRIO DE PROPAGANDA E DEFESA DAS COLÓNIAS – Jornal de periodicidade anunciada semanal e quinzenal, mas de publicação bastante irregular¹, saiu a público ao longo de 41 números (dos quais um duplo, 27-28, e um triplo, 34-35-36), entre 19 de junho de 1924 e 25 de novembro de 1926².

Propriedade da Empresa de Publicidade Colonial, Lda., era composto e impresso na rua do Século, n.º 150, e teve redação e administração na rua do Diário de Notícias, 44, 1.º, e, a partir do n.º 26 (de 25 de setembro de 1925), na rua do Grémio Lusitano, 40, 1.º.

Variando as dimensões entre as 32 e as 24 páginas³, manteve sempre a paginação a três colunas, com muita ilustração, reservando a primeira página, na íntegra, à publicação de uma fotografia de motivo colonial (etnográfico, histórico, monumental, etc.). A apresentação dos conteúdos, fluida e bem delimitada, obedecia a um critério de agrupamento por territórios coloniais (“Angola”, “Cabo Verde”, “Macau”, “Timor”, etc.) a que se seguia o título próprio do artigo, ou à arrumação por secções temáticas (“Desporto”, “Arte”, “Noticiário”, “Estrangeiro”, etc.). A publicidade, disseminada pelas páginas do jornal, foi ocupando um espaço cada vez maior, vindo a ser exclusiva em meia dúzia de páginas iniciais e em quase outras tantas finais de cada número.

ESTRUTURA EDITORIAL

Teve a **Gazeta** por diretores os majores **Oliveira Tavares** (que foi também seu administrador até ao n.º 2), **António Leite de Magalhães (1878-1944)** — a partir do n.º 21, de 25 de abril de 1925 — e **José Veloso de Castro (1869-1930)** — do n.º 37 (10 de setembro de 1926) em diante; foram seus editores **Maximino Abranches** e, a partir do n.º 6 (7 de agosto de 1924), **Joaquim Araújo** — resumindo-se a este pequeno núcleo a sua estrutura “fixa”, composta à vez por duas pessoas, onde não havia corpo de redatores.

¹ Foi semanário às quintas-feiras até ao n.º 14, de 27 de novembro de 1924, quando passou, sem registo, a quinzenário. No número seguinte, de 11 de dezembro, modificou no título a periodicidade, indicando a saída às segundas e últimas quintas-feiras do mês. A partir do n.º 21, de 25 de abril de 1925, mantendo-se quinzenário, passou a sair aos dias 10 e 25 de cada mês. Os n.ºs 7, 8, 20, 21, 23 e 33 foram publicados fora da periodicidade anunciada, sendo o maior hiato na publicação o que se verificou entre os números 23 e 24, decorrendo entre ambos quase três meses.

² A presente coleção da Hemeroteca Municipal de Lisboa não está completa, faltando-lhe os números 10, 25, 30 e 39.

³ Teve 32 páginas até ao n.º 3, quando reduziu a 24, tornando às 32 a partir do n.º 14 — com exceção dos n.ºs 21 (com 28 páginas), 29 e 33 (ambos com 24). O número duplo 27-28 teve 40 páginas, e o triplo 34-35-36 teve 64.

O n.º 1 (espécime) da **Gazeta das Colónias** saiu a público a 19 de junho de 1924, projectando já de modo bastante definitivo o que seria a publicação. A abrir este número inaugural, o endosso e as felicitações das autoridades políticas, nas pessoas do presidente Manuel Teixeira Gomes (com fotografia a toda a página e reprodução de autógrafa)⁴ e do Ministro das Colónias, Mariano Martins (com texto de recomendação e louvor em meia página)⁵.

Avançava o ministro que «numa época de larga disseminação de conhecimentos, como a atual, com surpresa se constatava que em Portugal, país de antigas tradições coloniais, possuidor do terceiro império colonial, não existia uma publicação periódica que se dedicasse exclusivamente ao estudo dos assuntos coloniais. Por isso, com caloroso aplauso vi nascer, tomar corpo e tornar-se em realidade a ideia do lançamento da *Gazeta das Colónias*.

O progresso material das nossas colónias, se bem que protegido pelo Estado, só depende da atividade particular [...].

Mas, para que o capital, por sua natureza timorato, abandone as suas habituais colocações [...] necessita que uma propaganda constante lhe forneça o necessário incitamento.

A *Gazeta das Colónias* familiarizando os seus leitores da metrópole com os assuntos referentes às nossas colónias, estudando com proficiência, garantida pelos nomes dos seus colaboradores, os problemas que lhe dizem respeito e, principalmente, pondo em destaque as suas possibilidades económicas, desempenhará essa útil e patriótica função, pelo que terá jus à gratidão do país.»

Seguia-se a estas recomendações institucionais o “programa editorial” da **Gazeta**, não assinado, sob o título “A missão que nos impomos”:

«Desde que, por virtude da Grande Guerra, a Alemanha se viu despojada dos seus extensos domínios ultramarinos, Portugal tomou o terceiro lugar no grémio das Nações coloniais.

É um lugar que nobilita, mas é também um lugar que obriga.

É uma situação que chama sobre nós as atenções gerais, e que se atrai sobre a nossa ação as vistas imparciais duns, pode atrair por parte doutros, vistas turvadas pela ambição.

Nem sempre lá fora é devidamente apreciado o nosso esforço de colonização. Abstraindo da exiguidade dos nossos recursos, em homens e em dinheiro, pretende-se por vezes menoscabar a nossa obra colonizadora.

Pois é indispensável que se mostre clara e nitidamente, que essa obra é grande, considerada em absoluto, é formidável se a relacionarmos com outras e ainda com os apoucados recursos de que temos disposto.

Essa propaganda da nossa ação colonizadora, é uma das missões que a si própria impôs a “*Gazeta das Colónias*”, que hoje sai à luz da publicidade, como sói dizer-se.

Mas, se a obra de colonização por nós já realizada nos nobilita, não quer isto dizer que ela esteja completa.

⁴ N.º 1, p. 3.

⁵ *Idem*, p. 4.

Há que acompanhar o constante movimento da vida, e porque esse movimento é de progresso, *temos que ir para diante*.

Temos que romper com esse hábito nosso, de vivermos excessivamente do passado; recordemos com carinho os nossos maiores; que nos encha de orgulho o património que nos legaram; mas juntemos sempre a esse carinho e a esse justificado orgulho o respeito pelas obrigações que sobre nós impendem, pelo próprio facto de tanto termos.

É indispensável que, sem esquecer o passado, nos acautelemos no presente e olhemos sobretudo o futuro.

Complexos e numerosos são os problemas coloniais que carecem de urgente solução. Promover o seu estudo, a sua discussão calma e unicamente norteada pelos interesses nacionais, é outra parte do programa de vida da “Gazeta das Colónias”.

Com a missão que assim fica delineada e que procurará realizar a bem não só dos nossos domínios territoriais, mas também das nossas colónias de população, surge esta “Gazeta”, modesta como não podia deixar de ser, mas forte pelas boas vontades que conseguiu reunir à sua volta, e cheia de fé nos destinos de Portugal.

A animá-la a lutar contra as dificuldades que porventura surjam, o grande desejo de cumprir o que entende ser dever, e as generosas e incitantes palavras que Sua Excelência o Chefe de Estado e o Sr. Ministro das Colónias se dignaram dirigir-lhe e que gratamente recordará sempre.»⁶

A menção quase final, neste “programa”, às «boas vontades que conseguiu reunir à sua volta», não poderia deixar de se referir, em parte substancial, ao amplo grupo de colaboradores que a **Gazeta** havia assegurado ainda antes de iniciar publicação, e que lhe permitia apresentar como certos, logo no número de amostra, os seguintes nomes (a **negrito**, os que *de facto* vieram a assinar colaborações):

Albano A. Portugal Durão (antigo ministro), Major A. Cifka Duarte (Diretor da Aeronáutica Militar), Dr. Alexandre de Vasconcelos e Sá (antigo ministro), Engenheiro **Alfredo Augusto Freire de Andrade** (antigo governador colonial), Dr. Álvaro Xavier de Castro (antigo governador colonial), Dr. António Gonçalves Videira (Beira-Moçambique), **António José Pires Avelanoso**, Almirante António J. A. F. Pinto Basto, Dr. António Pinto Teixeira (antigo governador de distrito), Major António Ribeiro de Carvalho (antigo ministro), Eng. António Vicente Ferreira (antigo ministro), Dr. **Armando Cortesão**, **Artur Tamagnini de S. Barbosa** (antigo governador colonial), Aires de Ornelas e Vasconcelos (antigo ministro), Cap. Carlos T. A. dos Santos, Dr. **Carlos Amaro**⁷ (Capitão de Fragata), **Carlos Pereira** (antigo governador colonial), Eng. **Carlos Roma Machado**, **Carlos Óscar da Silva**, Eng. Carlos de Sá Carneiro, Alm. **Carlos Viegas Gago Coutinho**, Dr. Constantino José dos Santos (senador), Dr. **Egídio Inso**, Alm. **Ernesto Júlio de Carvalho e Vasconcelos**, Dr. Fernando Emídio da Silva, Maj. **Francisco C. Aragão**, Eng. Francisco da Cunha Rego Chaves (antigo ministro), Maj. Francisco Pedro Curado, Eng. **Francisco Pinto da Cunha Leal** (antigo ministro), Heitor Eugénio de Magalhães Passos (inspector escolar), Ten. Cor. Henrique Sátiro Pires Monteiro, Cap. Ten. **Henrique Monteiro Correia da Silva** (antigo governador colonial), Dr. João

⁶ *Ibidem*.

⁷ A colaboração de Carlos Amaro na secção de “Arte” foi sempre assinada sob o pseudónimo de “Frei Carlos”.

Camoegas (antigo ministro), Cap. João Guilherme de Meneses Ferreira, Cap. João Luís de Moura, Ten. Cor. João Ferreira do Amaral, Dr. João dos Santos Monteiro, Eng. **João Tamagnini de S. Barbosa** (antigo ministro), Gen. José Augusto Alves Roçadas (antigo governador colonial), Maj. **José A. de Melo Vieira**, Dr. José Benevides, Dr. José Caeiro da Mata, Cap. Ten. José E. Carvalho Crato, Dr. **José O. Ferreira Diniz**, Maj. José Tristão de Bettencourt, **Luís de Meneses Bragança** (Índia), **Luís Moita**, Dr. **Manuel de Brito Camacho** (antigo Alto Comissário em Moçambique), Dr. Manuel Fratel, Manuel Pereira da Rocha (antigo ministro), **Mariano Machado** (antigo diretor da C. F. De Benguela), Dr. **Roberto Bruto da Costa** (Índia), **Paulino dos Santos Gil** (Lourenço Marques) e **Tomé de Barros Queirós** (antigo ministro)⁸.

Ainda que com algum desfasamento entre os colaboradores “apalavrados” e os efectivos (compensado pela colaboração de nomes que não estavam inicialmente previstos), a verdade é que este rol indicia um vasto trabalho preparatório da publicação. Da mesma forma, foi acutelada desde o início a representação da **Gazeta** nos territórios coloniais através de agentes, cuja efectividade para Angola e Moçambique esteve assegurada desde este primeiro número (fixando-se nas restantes províncias agências provisórias)⁹. Menos sólido era o plano de secções editoriais apresentado, prevendo-se o seu desenvolvimento à medida das possibilidades do jornal e avançando-se intenções que nunca vingaram — rúbricas dedicadas a “Estatística Colonial” ou a “Higiene Colonial”, que só episodicamente figuraram nas suas páginas¹⁰. Em compensação, teve a **Gazeta** desde o início secções dedicadas ao “Desporto” (a cargo de **Carlos Óscar da Silva** e, a partir do do n.º 9, de 9 de outubro de 1924, de **Artur Inês**), à “Arte” (sob a responsabilidade simultânea de **Carlos Amaro**, **Luís Moita** e **José Augusto Melo Vieira**)¹¹ e ao “Noticiário” (pequenas notícias de interesse colonial, substituída ao n.º 20 por “Notícias e comentários”), e mais tarde a notícias do “Estrangeiro” (secção noticiosa breve iniciada ao n.º 17, a cargo de **António Leite de Magalhães**) e ao comentário chistoso em “Pela Política...” (destinada à paráfrase risonha ou mordaz a notícias de índole colonial e iniciada ao n.º 21).

NATUREZA EDITORIAL

Os elementos patentes neste primeiro número, e confirmados depois na comparação com os subseqüentes, permitiam já estabelecer a natureza geral

⁸ Cf. n.º 1, p. 2.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ Curiosamente, a secção de “Arte” não se destinava à valorização e difusão das manifestações artísticas coloniais mas, ao contrário, à divulgação das realizações artísticas metropolitanas (sobretudo lisboetas) para ilustração do público das colónias. «As colónias não são aquilo que ainda hoje, infelizmente, muita gente pensa, — meios vedados a toda a forma de sensibilidade artística —. [...]

Lá pensa-se e sente-se; e à falta da observação direta, tomam-se com enorme interesse as notas, que de cá vão, vestem-se de detalhes e passa-se pelo espírito, como que numa cinematografia, a vida artística lisboeta, as suas movimentadas estreias, as exposições de arte, o ocaso de um *astro*, o despontar doutro, nos horizontes do teatro, da literatura, da pintura, da música. [...]

Dar essas notas aos colonos é pois um trabalho que tem uma razão de ser, e esta “Secção de Arte” não é por isso uma inutilidade [...].» (n.º 1, p. 27).

da **Gazeta**. Note-se que a um quadro vasto de colaboradores não vinculados (com exceção dos que asseguravam as secções fixas de “Desporto” e “Arte”) se contrapunha uma estrutura formal mínima, limitada às figuras do diretor e do editor, não havendo qualquer incumbência redatorial atribuída. Isto porque a **Gazeta** nunca foi, em pleno, um jornal no sentido de veículo noticioso, constituindo-se antes como plataforma de colaborações várias, articuladas pela figura central (mas sempre em segundo plano) do editor. Prescindindo de redação, caberia ao seu diretor a manutenção geral da linha “programática” da publicação (“dando voz” ao jornal quando tal fosse necessário) e, podemos supô-lo pela escolha constante de perfis militares com forte ligação colonial para a função, o trabalho de relacionamento e promoção externos do jornal em termos formais e informais.

De facto, a quase totalidade do conteúdo da **Gazeta** consistiu em artigos doutrinários, de divulgação ou estudos sobre temáticas coloniais, uns de escopo mais abrangente visando a “política colonial” em horizonte lato, outros (a grande maioria) centrados em questões específicas desta ou daquela província — todos assinados por colaboradores, num amplo espectro que variou entre o responsável administrativo ou político até ao colono opinativo, passando pelos especialistas em diversas áreas técnico-científicas e pelos colonialistas de renome. O debate de visões contrapostas e mesmo a polémica entre colaboradores não deixaram de estar presentes, embora mitigadas pela defesa comum da “causa colonial”¹².

Era esta feição editorial que a **Gazeta** punha em destaque ao considerar, em jeito de balanço prematuro: «É verdadeiramente animadora a forma por que a *Gazeta das Colónias* foi acolhida [...]».

Fazer a propaganda da colonização portuguesa e promover o estudo dos numerosos e complexos problemas coloniais — é, como acentuámos no primeiro número, a síntese do programa que traçámos e que se está efetivando conforme era nossa aspiração.

Já no número anterior se iniciou a discussão de problemas interessantes e sendo ela feita, como é, com uma impecável elevação e com um tão grande brilho de conhecimentos, que a sinceridade de intenções e a alta competência dos nossos ilustres colaboradores garantem, necessariamente deve conduzir a uma conclusão útil.

Só assim, posta de parte qualquer feição dogmática contrária à seleção de ideias e à difusão de conhecimentos coloniais, que se pretende realizar, só abrindo os assuntos a toda a discussão, debatendo-os tão largamente quanto possível, com calma e com o intuito exclusivo do benefício coletivo, de poderão formar fortes correntes de opinião e provocar alvites, por cuja realização nos esforçaremos, quanto em nós caiba.

[...]

Entregues a uma obra de carácter nacional, para cuja realização a *Gazeta*, procurará ser campo neutro, onde todos os credos políticos se possam

¹² V. g. n.º 3, pp. 13-14, “Macau – sobre as obras do porto de Macau : comentários às «reflexões» do Sr. Henrique Correia da Silva”, por João Tamagnini; ou n.º 16, pp. 9-10, “Cabo Verde – resposta a uma contestação: melhores dias para Cabo Verde?”, por Francisco António Martins em polémica com A. Xavier da Fonseca. V. também a série de artigos de Leite de Magalhães, “A crise de Angola”, nos n.º 12, 13, 14 e 16, em resposta aos textos de Filomeno da Câmara publicados em *A Tarde*.

encontrar e onde acima de tudo se ponham os interesses nacionais, poremos sempre em foco as exigências da vida das colónias, pugnaremos pela sua satisfação com correto desassombro, pois assim entendemos corresponder à confiança que a forma por que fomos recebidos envolve.»¹³

Pese embora esta configuração “corrente” da *Gazeta*, houve momentos em que o seu diretor (assinando ou não os textos, conforme estes se reportavam, respetivamente, a questões externas ou internas) se viu compelido a dar voz própria ao jornal. Em termos genéricos, tal aconteceu para se opor à instrumentalização partidária das administrações provinciais, ao descaso governativo para com a causa colonial, à subalternização dos funcionários das colónias ou à menorização estrangeira das “virtudes coloniais” portuguesas.

Foi assim ao n.º 4, no qual, sob o título “A Política e as Colónias” (não assinado), e ressaltando que «a epígrafe a que subordinamos as considerações que vamos fazer, e a própria natureza destas, sugerem-nos a conveniência de frisar que a “Gazeta”, estabelecendo como diretriz inalterável do seu programa, manter em toda a sua ação uma absoluta e completa neutralidade política — sem a qual não são possíveis a análise e a crítica imparciais da administração colonial —, não está influenciada por qualquer intuito que não seja o de bem servir os interesses das nossas colónias», se abordava a situação de Angola, insistindo na necessidade de nomear rapidamente um Alto Comissário, lugar que estaria vago por indefinição político-partidária¹⁴.

Ao n.º 7, em artigo não assinado titulado “Governo e a Companhia do Niassa”, desaprovava-se a atitude do governo face à Companhia — propondo-se fazer um balanço do cumprimento do contrato por esta, quando sempre teve meios de acompanhar e influenciar esse cumprimento —, num momento em que a concessão desta estava a terminar. Particularmente causticado era o incumprimento da Companhia de construir a linha férrea a que se obrigou e a venda ilegal de terrenos — que o Estado nunca denunciou — bem como o facto de o sindicante nomeado pelo governo ser pago pela própria Companhia¹⁵.

De novo no número seguinte voltou a *Gazeta* a ter voz (novamente não assinada) para, sob o título “Patriotismo derrotista...” (citação da expressão com que o Ministro das Colónias caracterizou todos os que vinham alertando para a cobiça estrangeira em relação às colónias portuguesas, particularmente Angola), se reprovar ao ministro essa postura despreocupada, considerando-se reais e graves os alertas que se ouviam face a essa cobiça¹⁶.

Logo de seguida, culminando este processo de tomada de posição própria, um artigo mais contundente fez a síntese das considerações da *Gazeta* face ao descaso a que esta considerava que a política estava a votar as questões coloniais. Não assinado e titulando-se “A política e as colónias”, nele se lia: «Sob esta epígrafe tivemos nós já que fazer amargas considerações acerca do que se passou aquando do provimento do Alto Comissariado de Angola.

¹³ N.º 3, p. 3.

¹⁴ N.º 4, de 24 de julho de 1924, p. 3. De notar que, à data desta “profissão de neutralidade”, o Ministro das Colónias em funções desde o dia 6 anterior, e que se manterá ao longo deste período mais exacerbadamente crítico ao governo, não era já o mesmo Mariano Martins que havia endossado a *Gazeta*.

¹⁵ N.º 7, de 25 de agosto de 1924, pp. 3-4.

¹⁶ N.º 8, de 2 de outubro de 1924, p. 3.

Dia a dia, novas razões de mágoa vão surgindo: a cada momento se vão passando factos que em nós despertam sérios receios sobre o futuro das nossas colónias, cujo progresso é quase sempre sacrificado às conveniências da política partidária». Em resumo, o jornal condenava a prevalência dos critérios de colocações partidárias no provimento de vagas da administração colonial, em detrimento das nomeações por competência — levando à descontinuidade das políticas, ao desprezo dos funcionários válidos que não partilhavam da mesma filiação, à colocação de correligionários inexperientes e inaptos¹⁷.

A criação da Agência Geral das Colónias foi motivo para nova investida contra os desígnios governativos: «O decreto criando a *Agência Geral das Colónias* e a celeuma que em sua volta se vem fazendo, são uma manifestação iniludível da má orientação que o Terreiro do Paço está imprimindo à administração colonial, e de errado critério sob o qual essa administração é encarada e apreciada nos meios políticos.

Se não, vejamos. Das oito províncias ultramarinas apenas Angola teve a sua agência com vida real [...].

Moçambique criou também a sua agência, mas esta não chegou a ter existência real [...].

As restantes colónias não tiveram, nem têm, na metrópole qualquer agência [...].

Pois bem: extinta a Agência de Angola, criou-se logo em sua substituição um outro organismo, cuja ação se pretendeu generalizar a todas as colónias [...]. Fez-se isto, cremos nós, sem a menor consulta às colónias [...].

Sob tudo isto nós descortinamos a influência que em tudo se faz sentir — a da política partidária [...].»¹⁸

A nova tabela salarial dos funcionários coloniais deu azo às últimas críticas explicitamente dirigidas à governação e, como sempre nestes casos, não assinadas¹⁹. A “voz própria” da *Gazeta* só se voltaria a ouvir sob pretextos externos: quando o diretor cessante Oliveira Tavares assinou um desagravo ao colonialismo português relativo a afirmações de um jornalista italiano²⁰ e quando o diretor seguinte, Leite de Magalhães, denunciou movimentos de opinião de outras potências (nomeadamente da Alemanha e Itália) com vista a enfraquecer a política colonial portuguesa²¹.

Ainda em relação à natureza editorial da **Gazeta**, é de relevar a posição discreta mas explícita que esta tomou face ao movimento militar de 28 de Maio de 1926. Atendendo às críticas que havia feito à partidarização das administrações coloniais e aos desacertos da política governativa em relação às colónias, não foi inesperado o tom de alívio e de esperança com que o jornal recebeu o novo regime. Ainda que tardiamente, considerava-se no seu número de 25 de Setembro de 1926 que «o pensamento político do governo acaba de ser definido com precisão e nitidez pelo sr. ministro da justiça que fez a

¹⁷ N.º 9, de 9 de outubro de 1924, p. 3.

¹⁸ N.º 11, de 23 de outubro de 1924, p. 3.

¹⁹ N.º 15, de 11 de dezembro de 1924, pp. 3-4, e n.º 17, de 15 de janeiro de 1925, p. 3. Note-se que o governo de Alfredo Rodrigues Gaspar havia cessado funções, sendo substituído a 23 de novembro de 1924 pelo de José Domingues dos Santos — as críticas da *Gazeta*, entretanto, cessaram (v. *supra*, nota 14).

²⁰ N.º 20, p. 3.

²¹ N.º 22, pp. 3-4.

declaração dos princípios em que há-de assentar toda a ação governativa deste período excecional, em que se recorreu ao Exército para apoiar no Poder uma situação que possa afastar da administração pública toda a influência deletéria dos partidos organizados, como era mister e reclamado pela maioria da opinião. [...]

[...] A política de baixo império que dominou nos últimos anos a vida nacional, parece que tende a desaparecer [...].»²²

CURSO DE PUBLICAÇÃO

O traço mais marcado na vida da **Gazeta** foi, como se indicou de início, a sua irregularidade. Após o número espécime, de 19 de Junho de 1924, decorreram três semanas até que o “semanário” voltasse a sair a público, a 10 de Julho seguinte. Este lapso, conquanto previsto logo no primeiro número²³, não deixou de impor um pedido de desculpas no exemplar seguinte, atribuindo-o à «dificuldade de aquisição de papel apropriado»²⁴. Estas dificuldades com o papel foram, aliás, uma constante na vida do jornal, impondo-lhe tanto o adiamento de publicação como a redução do número de páginas²⁵. A esta contrariedade acresceu, particularmente a partir de Abril de 1925, a incapacidade de cobrança junto dos agentes nas colónias, ficando assim retidos nas agências meios financeiros indispensáveis à manutenção da **Gazeta**²⁶ — créditos cuja ausência o peso crescente de publicidade nas páginas da publicação²⁷ não conseguiu compensar.

O n.º 3, de 17 de Julho de 1924, saiu já com regularidade semanal (às quintas-feiras), embora reduzido a 24 páginas, constância que se manteve apenas até ao n.º 6, de 7 de Agosto, quando **Joaquim de Araújo** substituiu **Maximino Abranches** como editor — o n.º 7 só haveria de ser publicado quinze dias depois do anterior e o n.º 8 tardaria um mês e uma semana em relação ao precedente.

Foi neste oitavo número que se anunciou a publicação anual de um exemplar da **Gazeta** dedicado a cada uma das colónias²⁸, iniciativa que não teve concretização. Parcialmente frutífera foi a organização, pela **Gazeta**, de conferências sobre assuntos coloniais, de que se realizou uma — por Brito Camacho, dedicada ao tema “Política Colonial”²⁹ —, ficando outras — “Ensino

²² N.º 38, p. 9. V. ainda, neste número, pp. 10 e 14.

²³ V. n.º 1, p. 2.

²⁴ N.º 2, p. 2.

²⁵ V. n.º 3, p. 2; n.º 6, p. 2; n.º 12, p. 2; n.º 20, p. 2.

²⁶ V. n.º 21, p. 22; n.º 29, p. 2; n.º 34, p. 2.

²⁷ Do n.º 13 (6 de novembro de 1924) em diante, todas as páginas da *Gazeta* tinham em rodapé anúncio ao óleo Spidoléine; a partir do n.º 23 (de 30 de maio de 1923), o espaço publicitário passou a ocupar cerca de metade das páginas do jornal, reservando-se-lhe as 6 primeiras e as duas ou três últimas de cada exemplar, para além dos anúncios disseminados ao longo do texto.

²⁸ V. n.º 8, p. 20, e n.º 13, p. 16.

²⁹ V. n.º 14, p. 3; n.º 15, p. 11; n.º 16, p. 10; e n.º 19, pp. 3-6.

nas Colónias”, por Heitor Eugénio de Magalhães Passos, e “Ensino Colonial”, pelo Visconde de Almeida Garrett — apenas anunciadas³⁰.

A periodicidade semanal foi mantida entre os n.ºs 9 (de 9 de Outubro de 1924) e 13 (de 6 de Novembro), passando no seguinte a quinzenal (mantendo embora no título a indicação de semanário) e tornando às 32 páginas. A indicação de “quinzenário” só surgiu no n.º 15, do mesmo passo que se estabeleceu no cabeçalho a sua saída na 2ª e última quintas-feiras de cada mês. O exemplar n.º 18 (de 29 de Janeiro de 1925), integralmente dedicado ao 4º centenário da morte de Vasco da Gama, seria o penúltimo de regularidade quinzenal — o n.º 20 (12 de Março) distou um mês do antecedente e o n.º 21 demorou mês e meio a sair a público (25 de Abril). Este último, sob nova direção de **António Leite de Magalhães**, firmava contudo o propósito de retomar a periodicidade quinzenal (aos dias 10 e 15 de cada mês), apresentando-se com 28 páginas.

Foi, contudo, propósito de curta duração: o n.º 23 publicou-se com atraso de cinco dias (30 de Maio) e o n.º 24 só se publicaria quase três meses depois, a 10 de Agosto seguinte. Prosseguindo irregular, o n.º 26 saiu a 25 de Setembro (com novas instalações na Rua do Grémio) e o n.º duplo 27-28 só um mês exato depois, tanto quanto o 29, reduzido de novo a 24 páginas. Recuperando embora a periodicidade, o n.º 32 — com 34 páginas integralmente dedicadas (excluindo a publicidade) à transcrição de “A Crise de Angola – relatório e proposta da comissão eleita em reunião magna de representantes dos interesses económicos de Angola para o estudo de soluções práticas e de aplicação imediata à situação monetária e cambial da Província” —, o único cuja 1ª página não teve fotografia, saiu a 30 de Janeiro de 1926, desprezando o dia de publicação a 25 de cada mês. O n.º 33 só se publicou a 10 de Março seguinte, reduzido de novo às 24 páginas, sucedendo-lhe, a 30 de Agosto, o número triplo 34-35-36, encorpado em 64 páginas.

O novo diretor, **José Veloso de Castro**, conseguiu retomar a regularidade quinzenal da publicação logo a partir do seu número de estreia, o 37, de 10 de Setembro de 1926, introduzindo-lhe no exemplar seguinte a inovação de um sumário de matérias no cabeçalho. Mas foi já um derradeiro estertor da **Gazeta**, cujo último número, o 41, saiu a 25 de Novembro, com um hiato de um mês em relação ao precedente. O jornal terminou sem aviso, dando aliás indicações publicitárias e editoriais de que prosseguiria publicação.

Por Pedro Teixeira Mesquita

Lisboa, Hemeroteca Municipal, 12 de junho de 2014

³⁰ V. n.º 20, p. 2.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédica, Lda., 1978.